

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/04/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/04/2013 à 31/12/2013	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Relatório da Administração	23
----------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	93
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	95
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.026.488.214
Preferenciais	0
Total	1.026.488.214
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 31/03/2012
1	Ativo Total	2.477.394	2.206.924	1.897.068
1.01	Ativo Circulante	555.661	638.100	521.021
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	496.943	494.535	413.798
1.01.03	Contas a Receber	31.233	79.383	42.427
1.01.04	Estoques	4.995	5.919	2.316
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	5.385	11.846
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	5.385	11.846
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	0	5.374	10.275
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	0	11	1.571
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.490	52.878	50.634
1.01.08.03	Outros	22.490	52.878	50.634
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	0	17.643	0
1.01.08.03.02	Recebíveis de partes relacionadas	19.499	27.635	18.882
1.01.08.03.03	Adiantamentos a fornecedores	197	5.317	30.483
1.01.08.03.04	Dividendos a receber	664	450	0
1.01.08.03.05	Outros ativos	2.130	1.833	1.269
1.02	Ativo Não Circulante	1.921.733	1.568.824	1.376.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	233.300	12.812	18.496
1.02.01.03	Contas a Receber	225.401	0	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	945	6.338	13.530
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.954	6.474	4.966
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.696	6.111	4.817
1.02.01.09.04	Outros ativos	258	363	149
1.02.02	Investimentos	76.132	76.979	75.532
1.02.03	Imobilizado	894.199	838.705	713.678
1.02.04	Intangível	718.102	640.328	568.341

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 31/03/2012
2	Passivo Total	2.477.394	2.206.924	1.897.068
2.01	Passivo Circulante	363.037	262.316	160.987
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.726	13.151	9.143
2.01.02	Fornecedores	81.407	45.973	25.054
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.382	10.171	6.422
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.382	10.171	6.422
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.270	2.539	85
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	9.112	7.632	6.337
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.111	82.339	67.852
2.01.05	Outras Obrigações	143.411	110.682	52.516
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.120	16.407	8.753
2.01.05.02	Outros	132.291	94.275	43.763
2.01.05.02.04	Dividendos a pagar	98.333	60.074	24.786
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	7.774	10.130	3.314
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	26.184	24.071	15.663
2.02	Passivo Não Circulante	755.476	708.560	613.327
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	596.976	626.962	559.060
2.02.02	Outras Obrigações	74	48	0
2.02.02.02	Outros	74	48	0
2.02.02.02.03	Obrigações de benefício pós-emprego	74	48	0
2.02.03	Tributos Diferidos	147.282	67.940	42.376
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	147.282	67.940	42.376
2.02.04	Provisões	11.144	13.610	11.891
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.144	13.610	11.891
2.02.04.01.05	Provisões para demandas judiciais	11.144	13.610	11.891
2.03	Patrimônio Líquido	1.358.881	1.236.048	1.122.754
2.03.01	Capital Social Realizado	1.099.746	1.099.746	1.099.746
2.03.02	Reservas de Capital	-137.601	-137.601	-137.601
2.03.04	Reservas de Lucros	396.736	273.903	160.609

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	742.962	706.020	533.777
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-445.292	-425.225	-383.274
3.03	Resultado Bruto	297.670	280.795	150.503
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-66.976	-58.421	-10.512
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.126	-52.613	-36.459
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.555	-7.705	17.764
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.705	1.897	8.183
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	230.694	222.374	139.991
3.06	Resultado Financeiro	12.508	887	-150
3.06.01	Receitas Financeiras	41.227	36.314	30.672
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.719	-35.427	-30.822
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.202	223.261	139.841
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.110	-74.677	-44.924
3.08.01	Corrente	-4.492	-49.113	-31.946
3.08.02	Diferido	-77.618	-25.564	-12.978
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	161.092	148.584	94.917
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	161.092	148.584	94.917
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,15700	0,14500	0,12200

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	161.092	148.584	94.917
4.03	Resultado Abrangente do Período	161.092	148.584	94.917

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	227.647	303.044	166.006
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	353.858	333.326	213.228
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	243.202	223.261	139.840
6.01.01.02	Depreciação e amortização	58.329	68.575	46.481
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-2.705	-1.897	-8.183
6.01.01.04	Provisão para participação nos resultados e bônus	5.816	6.431	6.189
6.01.01.05	Provisão para perdas com demandas judiciais	906	1.035	96
6.01.01.06	Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	22.225	-2.351	-753
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	26.085	38.272	29.558
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-126.211	-30.282	-47.222
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-211.558	-28.521	-19.954
6.01.02.02	Adiantamento de clientes	9.829	6.869	1.120
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	17.643	-17.643	0
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-69	-1.068	-231
6.01.02.05	Partes relacionadas	9.046	7.776	24.730
6.01.02.06	Impostos e contribuições sociais a recuperar	7.752	4.244	-4.558
6.01.02.07	Impostos e contribuições sociais a recolher	6.514	-42.739	-38.883
6.01.02.08	Estoques	924	-3.603	-37
6.01.02.09	Ordenados e salários a pagar	-7.240	-2.423	-3.449
6.01.02.10	Fornecedores	35.443	8.988	5.748
6.01.02.11	Adiantamento de fornecedores	5.120	25.167	-19.203
6.01.02.12	Contingências	-2.640	-99	-15
6.01.02.13	Outros	3.025	12.770	7.510
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-187.606	-265.591	-269.549
6.02.01	Adição ao imobilizado, software e outros intangíveis	-187.596	-265.591	-269.549
6.02.02	Aquisição, liquida de caixa adquirido	-10	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-37.633	43.284	475.047
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	51.942	148.525	217.474
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-89.575	-105.241	-45.661

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
6.03.03	Caixa recebido em incorporação	0	0	303.234
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.408	80.737	371.504
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	494.535	413.798	42.294
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	496.943	494.535	413.798

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.746	-137.601	273.903	0	0	1.236.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.746	-137.601	273.903	0	0	1.236.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-38.259	0	-38.259
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-38.259	0	-38.259
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.092	0	161.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.092	0	161.092
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	122.833	-122.833	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	122.833	-122.833	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.746	-137.601	396.736	0	0	1.358.881

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.746	-137.601	160.608	0	0	1.122.753
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.746	-137.601	160.608	0	0	1.122.753
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-35.289	0	-35.289
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-35.289	0	-35.289
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.584	0	148.584
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.584	0	148.584
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	113.295	-113.295	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	113.295	-113.295	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.746	-137.601	273.903	0	0	1.236.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	73.358	0	63.812	0	0	137.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	73.358	0	63.812	0	0	137.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.026.388	-137.601	0	-22.543	0	866.244
5.04.01	Aumentos de Capital	127.156	0	0	0	0	127.156
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-22.543	0	-22.543
5.04.08	Aumento de Capital por incorporação	899.232	-137.601	0	0	0	761.631
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.917	0	94.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.917	0	94.917
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	96.797	-72.374	0	24.423
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	72.374	-72.374	0	0
5.06.04	Constituição de reserva para retenção de lucros decorrente de baixa de dividendos propostos	0	0	24.423	0	0	24.423
5.07	Saldos Finais	1.099.746	-137.601	160.609	0	0	1.122.754

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
7.01	Receitas	823.871	807.783	632.127
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	837.697	800.385	607.472
7.01.02	Outras Receitas	8.399	5.047	23.902
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.225	2.351	753
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-370.922	-340.792	-302.723
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-304.174	-255.926	-251.381
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.748	-84.866	-51.342
7.03	Valor Adicionado Bruto	452.949	466.991	329.404
7.04	Retenções	-58.329	-68.575	-46.481
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.329	-68.575	-46.481
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	394.620	398.416	282.923
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.932	38.211	38.855
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.705	1.897	8.183
7.06.02	Receitas Financeiras	41.227	36.314	30.672
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	438.552	436.627	321.778
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	438.552	436.627	321.778
7.08.01	Pessoal	51.762	57.620	46.843
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	186.802	179.505	126.542
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.896	50.918	53.476
7.08.03.01	Juros	28.719	35.427	30.822
7.08.03.02	Aluguéis	10.177	15.491	22.654
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	161.092	148.584	94.917
7.08.04.02	Dividendos	38.259	35.289	22.543
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	122.833	113.295	72.374

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 31/03/2012
1	Ativo Total	2.554.079	2.281.268	1.980.216
1.01	Ativo Circulante	550.330	636.246	514.094
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	497.753	502.460	414.126
1.01.03	Contas a Receber	32.506	80.865	43.145
1.01.04	Estoques	5.237	6.153	2.551
1.01.06	Tributos a Recuperar	11	6.124	12.864
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11	6.124	12.864
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	3	6.114	10.683
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	8	10	2.181
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.823	40.644	41.408
1.01.08.03	Outros	14.823	40.644	41.408
1.01.08.03.01	Recebíveis de partes relacionadas	12.144	15.578	9.484
1.01.08.03.02	Títulos e valores mobiliários	0	17.643	0
1.01.08.03.03	Adiantamentos a fornecedores	304	5.332	30.498
1.01.08.03.04	Outros ativos	2.375	2.091	1.426
1.02	Ativo Não Circulante	2.003.749	1.645.022	1.466.122
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	234.965	14.247	31.964
1.02.01.03	Contas a Receber	225.401	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.632	1.401	1.922
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.632	1.401	1.922
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	945	6.338	13.597
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.987	6.508	16.445
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.696	6.112	16.262
1.02.01.09.04	Outros ativos	291	396	183
1.02.03	Imobilizado	1.013.149	952.915	828.285
1.02.04	Intangível	755.635	677.860	605.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 31/03/2012
2	Passivo Total	2.554.079	2.281.268	1.980.216
2.01	Passivo Circulante	360.790	266.334	157.888
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.522	14.330	9.850
2.01.02	Fornecedores	82.872	46.343	25.240
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.115	11.206	6.945
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.115	11.206	6.945
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.568	3.301	102
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	9.547	7.905	6.843
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	107.200	83.431	68.947
2.01.05	Outras Obrigações	137.081	111.024	46.906
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.011	2.657	2.750
2.01.05.02	Outros	134.070	108.367	44.156
2.01.05.02.04	Dividendos a pagar	99.038	60.507	24.786
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	8.440	23.522	3.315
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	26.592	24.338	16.055
2.02	Passivo Não Circulante	797.395	740.984	663.060
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	598.774	629.573	562.754
2.02.02	Outras Obrigações	12.782	48	4.078
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	3.913
2.02.02.02	Outros	12.782	48	165
2.02.02.02.03	Obrigações de benefício pós-emprego	74	48	0
2.02.02.02.04	Adiantamentos de clientes	12.708	0	0
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais a pagar	0	0	165
2.02.03	Tributos Diferidos	174.600	96.819	71.255
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	174.600	96.819	71.255
2.02.04	Provisões	11.239	14.544	24.973
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.239	14.544	24.973
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais	11.239	14.544	24.973
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.395.894	1.273.950	1.159.268

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 31/03/2012
2.03.01	Capital Social Realizado	1.099.746	1.099.746	1.099.746
2.03.02	Reservas de Capital	-137.601	-137.601	-137.601
2.03.04	Reservas de Lucros	396.736	273.903	160.609
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	37.013	37.902	36.514

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	749.348	712.776	553.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-447.444	-420.559	-391.447
3.03	Resultado Bruto	301.904	292.217	161.905
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-71.952	-65.579	-21.594
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.588	-58.087	-40.774
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.364	-7.492	19.180
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	229.952	226.638	140.311
3.06	Resultado Financeiro	13.689	189	1.848
3.06.01	Receitas Financeiras	42.508	35.587	34.732
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.819	-35.398	-32.884
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.641	226.827	142.159
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83.167	-76.421	-47.562
3.08.01	Corrente	-5.617	-50.336	-36.762
3.08.02	Diferido	-77.550	-26.085	-10.800
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	160.474	150.406	94.597
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	160.474	150.406	94.597
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	161.092	148.584	94.917
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-618	1.822	-320
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,15700	0,14500	0,12200

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	160.474	150.406	94.597
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	160.474	150.406	94.597
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	161.092	148.584	94.917
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-618	1.822	-320

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	231.847	313.016	177.960
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	357.121	341.180	233.262
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	243.641	226.827	142.158
6.01.01.02	Depreciação e amortização	58.955	70.043	54.838
6.01.01.03	Provisão para participação nos resultados e bônus	6.066	6.875	6.189
6.01.01.04	Perdas apuradas nas alienações de ativo imobilizado	13	0	0
6.01.01.05	Provisão para perdas com demandas judiciais	909	888	236
6.01.01.06	Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	22.212	-2.790	-1.127
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	25.325	39.337	30.968
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-125.274	-28.164	-55.302
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-211.322	-29.010	-17.278
6.01.02.02	Adiantamento de clientes	9.811	20.259	1.148
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	17.643	-17.643	0
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-4.588	-1.068	-5.251
6.01.02.05	Partes relacionadas	12.786	-2.230	36.159
6.01.02.06	Impostos e contribuições sociais a recuperar	8.545	4.474	-6.691
6.01.02.07	Impostos e contribuições sociais a recolher	5.079	-43.661	-48.786
6.01.02.08	Estoques	916	-3.602	-248
6.01.02.09	Ordenados e salários a pagar	-7.874	-2.396	-3.778
6.01.02.10	Fornecedores	36.539	9.169	4.258
6.01.02.11	Adiantamento de fornecedores	5.028	25.166	-19.118
6.01.02.12	Contingências	-947	-165	-758
6.01.02.13	Outros ativos e passivos, líquidos	3.110	12.543	5.041
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-198.047	-266.661	-268.014
6.02.01	Adição ao imobilizado, softwares e outros intangíveis	-198.047	-266.661	-268.014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-38.507	41.979	461.886
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	51.942	148.525	217.474
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-90.449	-106.546	-47.769
6.03.03	Caixa recebido em incorporação	0	0	292.181

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.707	88.334	371.832
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	502.460	414.126	42.294
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	497.753	502.460	414.126

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.099.746	-137.601	273.903	0	0	1.236.048	37.902	1.273.950
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.746	-137.601	273.903	0	0	1.236.048	37.902	1.273.950
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-38.259	0	-38.259	-271	-38.530
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-38.259	0	-38.259	-271	-38.530
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.092	0	161.092	-618	160.474
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.092	0	161.092	-618	160.474
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	122.833	-122.833	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	122.833	-122.833	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.746	-137.601	396.736	0	0	1.358.881	37.013	1.395.894

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.099.746	-137.601	160.608	0	0	1.122.753	36.514	1.159.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.746	-137.601	160.608	0	0	1.122.753	36.514	1.159.267
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-35.289	0	-35.289	-434	-35.723
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-35.289	0	-35.289	-434	-35.723
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.584	0	148.584	1.822	150.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.584	0	148.584	1.822	150.406
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	113.295	-113.295	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	113.295	-113.295	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.746	-137.601	273.903	0	0	1.236.048	37.902	1.273.950

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	73.358	0	63.812	0	0	137.170	0	137.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	73.358	0	63.812	0	0	137.170	0	137.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.026.388	-137.601	0	-22.543	0	866.244	36.834	903.078
5.04.01	Aumentos de Capital	127.156	0	0	0	0	127.156	0	127.156
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-22.543	0	-22.543	0	-22.543
5.04.08	Aumento de capital por incorporação	899.232	-137.601	0	0	0	761.631	36.834	798.465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.917	0	94.917	-320	94.597
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.917	0	94.917	-320	94.597
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	96.797	-72.374	0	24.423	0	24.423
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	72.374	-72.374	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva para retenção de lucros decorrente de baixa de dividendos propostos	0	0	24.423	0	0	24.423	0	24.423
5.07	Saldos Finais	1.099.746	-137.601	160.609	0	0	1.122.754	36.514	1.159.268

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Antepenúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012
7.01	Receitas	832.104	817.603	653.243
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	845.100	809.765	628.523
7.01.02	Outras Receitas	9.216	5.048	23.943
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-22.212	2.790	777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-369.282	-331.802	-300.023
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-298.944	-241.114	-244.087
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-70.338	-90.688	-55.936
7.03	Valor Adicionado Bruto	462.822	485.801	353.220
7.04	Retenções	-58.955	-70.043	-54.838
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.955	-70.043	-54.838
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	403.867	415.758	298.382
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.508	35.587	40.536
7.06.02	Receitas Financeiras	42.508	35.587	34.732
7.06.03	Outros	0	0	5.804
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	446.375	451.345	338.918
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	446.375	451.345	338.918
7.08.01	Pessoal	55.565	63.392	53.623
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	189.801	184.553	133.682
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.535	52.994	57.016
7.08.03.01	Juros	28.819	35.398	32.884
7.08.03.02	Aluguéis	11.716	17.596	24.132
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	160.474	150.406	94.597
7.08.04.02	Dividendos	38.259	35.289	22.543
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	122.833	113.295	72.374
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-618	1.822	-320

Relatório da Administração**RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A****RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site www.cosan.com.br/ri

Relatório da Administração

PANORAMA ECONOMICO SOCIAL

MERCADO E CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS

Portos e Ferrovias

A atual malha ferroviária brasileira apresenta 28,1 mil quilômetros de extensão. De acordo com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), principal órgão fiscalizador do setor, o sistema ferroviário nacional é o maior da América Latina, em termos de carga transportada. No ano de 2012, a produção de transporte ferroviário foi de 301 bilhões de TKU – Toneladas x Quilômetro Útil. Em 2013 houve manutenção dos resultados e até novembro deste ano, último dado divulgado pela ANTT, a produção era de 276 bilhões de TKU.

No período de janeiro/2013 a novembro/2013, acompanhando o aumento do volume exportado em 2013, passaram pelas ferrovias brasileiras, aproximadamente, 430 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 2,2% comparado ao mesmo período do ano anterior (ANTT, 2013). Dentre os principais produtos transportados destacam-se: minério de ferro (76%), Soja (4%) e Açúcar (2%).

Apesar do resultado crescente do setor ferroviário, este modal corresponde apenas a 25% da matriz de transporte brasileira, conforme gráfico abaixo. Ferrovias são essencialmente vantajosas no transporte de longas distâncias, países com dimensões continentais utilizam massivamente este modal. Diante da necessidade de reequilíbrio da Matriz de Transportes brasileira e de uma política logística integrada, o governo federal brasileiro lançou em agosto de 2012 o PIL (Programa de Investimento em Logística). O programa inclui um “conjunto de projetos que contribuirão para o desenvolvimento de um sistema de transportes moderno e eficiente e serão conduzidos por meio de parcerias estratégicas com o setor privado, promovendo-se sinergias entre as redes rodoviária e ferroviária, hidroviária, portuária e aeroportuária.” (EPL/2013).

O Complexo Portuário Santista responde por mais de um quarto da movimentação da balança comercial brasileira e inclui na pauta de suas principais cargas o açúcar, o complexo soja, cargas containerizadas, entre outras.

Santos representa 48% do volume de exportação mundial de açúcar, sendo a Rumo líder mundial nesta logística com representatividade de 21% da exportação mundial aproximadamente metade das exportações do Porto Santista). (Wilmar Sugar Pte.)

Para suportar esta movimentação, a Rumo possui seis terminais de transbordo no estado de São Paulo, sendo quatro próprios, localizados nas cidades de Itirapina, Jaú, Sumaré e Barretos, e dois nas cidades de Fernandópolis e Pradópolis em parceria com usinas clientes. Além disso, conta com um Terminal Portuário, com dois berços de atracação de navios, possui também a maior capacidade de recepção Ferroviária e rodoviária do Porto de Santos.

Relatório da Administração

A Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. apresentou seus resultados referentes ao exercício social de 2013 (9 meses), findo em 31 de dezembro de 2013. Por conta da alteração no portfólio dos negócios da Cosan e alinhado com demandas de mercado, foi deliberado em Assembléia Geral Ordinária da Cosan S/A Indústria e Comercio, realizada em 31/07/2013, a alteração do período do exercício social deixando de seguir o ano safra (abril à março) e passando adotar o ano calendário (janeiro à dezembro). Excepcionalmente 2013, o exercício social da Companhia será de 9 meses, (abril a dezembro de 2013). Todavia, os resultados apresentados a seguir se referem ao período de 12 meses (janeiro a dezembro) dos anos de 2012 e 2013, para fins de melhor comparação dos resultados.

A Rumo, braço logístico da controladora Cosan, responsável por oferecer uma solução integrada de serviços logísticos, armazenagem e elevação portuária de açúcar e outras commodities agrícolas.

Rumo	2013	2012	
Valores em R\$ MM	(jan-dez)	(jan-dez)	Var. %
Receita Operacional Líquida	917,7	618,6	48,4%
Transporte	726,0	474,4	53,0%
Elevação Portuária	174,8	130,9	33,6%
Outros Serviços	16,9	13,3	27,4%
Custo dos Serviços Prestados	(542,6)	(402,8)	34,7%
Lucro Bruto	375,1	215,8	3,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(74,3)	(53,1)	39,8%
EBITDA	358,0	248,2	44,2%

A receita líquida da Rumo em 2013 totalizou R\$ 917,7 milhões, crescimento de 48,4% quando comparado com 2012, principalmente em função do (i) aumento do volume de açúcar transportado e (ii) reconhecimento por parte da Rumo de reembolso de custos adicionais pela contratação do transporte rodoviário comparado com o custo orçado do frete ferroviário no contrato com a America Latina Logística (ALL).

A composição do custo dos serviços prestados pela Rumo inclui fretes ferroviários e rodoviários, custos de elevação portuária, transbordo e armazenagem no interior do estado de São Paulo e no porto de Santos. Em 2013, o custo dos serviços prestados foi de R\$ 542,6 milhões incremento de 34,7% em relação a 2012, resultado do aumento de volume e do custo de fretes, principalmente impactado pela contratação contingencial de transporte rodoviário até o porto de Santos.

Em 2013, a Rumo apresentou lucro bruto de R\$ 375,1 milhões, 3,3% superior ao reportado em 2012.

Relatório da Administração

A adequação da estrutura administrativa da Rumo para os novos projetos de crescimento levaram as despesas gerais e administrativas para o valor de R\$74,3 milhões em 2013 .

A Rumo registrou EBITDA de R\$ 358,0 milhões em 2013, 44,2% superior ao valor reportado em 2012 de R\$ 248,2 milhões. A margem EBITDA atingiu de 39,0%.

Em outubro de 2013 a Rumo ingressou com pedido de arbitragem contra a ALL exigindo o cumprimento da relação contratual existente entre as empresas. Devido ao início do litígio, a Rumo deixou de reconhecer contabilmente algumas receitas previstas em contrato que somaram R\$ 18,6 milhões no 4T 2013. A não contabilização pela Rumo desses valores como receita não elimina a validade da respectiva cobrança, sendo certo que a Rumo está convicta que receberá estas quantias nas demandas judiciais em curso.

Considerando-se os valores de provisão para devedores duvidosos e aqueles não reconhecidos na receita ao longo de 2013, no montante total de R\$ 34,4 milhões, o EBITDA da Rumo teria sido de R\$ 392,4 milhões.

Os investimentos da Rumo em 2013 totalizaram R\$ 255,0 milhões, e foram direcionados para as seguintes iniciativas: R\$ 124,8 milhões em via permanente na malha ferroviária operada pela ALL; R\$ 89,7 milhões em melhorias no terminal portuário de Santos, que incluem o aumento da capacidade de descarga, melhorias nas rotas de esteiras de recepção e expedição do terminal, construção da cobertura do cais do terminal Sul e investimentos recorrentes de equipamentos e infraestrutura dos armazéns; e R\$ 40,5 milhões em outras iniciativas, principalmente investimentos nos terminais de transbordo no interior de São Paulo.

Relatório da Administração

PROPOSTA DE RENTENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido de R\$ 161.092 foi destinado para reserva legal no montante de R\$ 8.055, R\$ 38.259 para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme requerido pela Lei 6.404/76, sendo que o saldo remanescente de R\$ 114.778 foi destinado para reserva de retenção de lucros. A destinação dos lucros deverá ser aprovada pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em abril de 2014.

Relatório da Administração

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO

A Rumo é a maior operadora logística para exportação de açúcar no mundo. Centrada no transporte multimodal, na armazenagem e na elevação portuária, conta com seis terminais no interior de São Paulo (Sumaré, Jaú, Fernandópolis, Pradópolis, Barretos e Itirapina) e um terminal portuário, em Santos (SP).

Integrante de um setor historicamente deficitário em investimentos, a Rumo, mesmo antes dos pacotes de estímulo anunciados pelo governo federal, já começou a direcionar esforços para dinamizar o segmento a partir do crescimento do modal ferroviário e da modernização de suas instalações, desde 2010. O objetivo é aliar o aumento de eficiência com a redução dos impactos socioambientais que suas atividades provocam, tendo participação ativa no crescimento do setor de logística voltada à exportação.

Desde 2010, a Rumo já investiu R\$ 1 bilhão na compra de 50 locomotivas e 929 vagões, em aquisições, parcerias e reformas de terminais intermodais no interior do estado de São Paulo, na duplicação de mais de 300 quilômetros de trechos ferroviários e na expansão e melhoria do acesso ao Porto de Santos. Na parceria firmada com a América Latina Logística (ALL), a Rumo investe em vagões, locomotivas e infraestrutura da malha ferroviária e, em contrapartida, a ALL transporta produtos de origem da cana.

Ganhos de eficiência no Porto de Santos

A Rumo está investindo no terminal portuário em Santos (SP) com o objetivo de aumentar sua capacidade em aproximadamente 40%. Exemplo disso é a cobertura do cais de atracação de navios, para viabilizar o carregamento de açúcar e outras cargas nos dias de chuva. Em média, a empresa deixa de operar 120 dias por ano em razão das condições climáticas. Com a conclusão prevista para 2014, o terminal elevará sua capacidade em cerca de 4 milhões de toneladas.

Tecnologia de ponta no terminal de Itirapina

Em outubro de 2012, a Rumo inaugurou a primeira etapa do terminal intermodal de Itirapina, no interior de São Paulo. Com um aporte de R\$ 100 milhões, foram construídos um armazém com capacidade estática de estocagem de 110 mil toneladas e um desvio ferroviário com 5,6 km de extensão, que comporta cerca de 250 vagões e é capaz de realizar carregamentos com o trem em movimento.

Voltado ao escoamento de açúcar e grãos para o Porto de Santos (SP), o novo terminal possui tecnologia de ponta para assegurar a qualidade da carga transportada.

Relatório da Administração

No armazém foram implantados sistemas para controle de pragas e de temperatura interna e que minimizam desperdícios por dissolução ou por dispersão aérea do produto. Na segunda fase, a Rumo está investindo outros R\$ 100 milhões para a construção de mais três armazéns similares ao primeiro, uma estrutura de armazenagem temporária (moega) com capacidade para 30 mil toneladas/dia e um equipamento responsável pelo carregamento dos vagões (tulha) com capacidade para 44 mil toneladas/ dia. A expectativa é que o terminal de Itirapina movimente 12 milhões de toneladas ao ano quando estiver operando em regime.

Desenvolvendo as comunidades do entorno

Como condicionante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para tomada de empréstimo, a Rumo realizou um processo para avaliar os projetos socioculturais que mantinha e identificou oportunidades de melhoria, como: construção de salas de aula equipadas para formar mão de obra portuária em Santos (SP); e investimento em anfiteatro e salas de cinema para o município de Itirapina (SP).

Em março de 2013, com a participação da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), da Prefeitura de Santos, do Órgão Gestor de Mão de Obra Portuária de Santos (OGMO) e de portuários, foram construídas salas de aula com laboratórios de informática, já em utilização, que comportam 190 alunos.

Via Lei Rouanet, a Rumo está restaurando o Casarão de Valongo e construindo o Museu Pelé, ambos em Santos. Durante o final de 2011 e no ano de 2012, foram realizados todos os projetos executivos de museografia e de obras de restauro e os levantamentos patrimoniais e arqueológicos do conjunto de edifícios que compõe o local, no Engenho Central de Piracicaba.

Desafios e oportunidades no Porto de Santos

À medida que governo e iniciativa privada se voltam para o setor de logística, com o objetivo de modernizar as operações e impulsionar os ganhos econômicos, outro desafio que se coloca é a necessidade de qualificar a mão de obra portuária, principalmente com relação à educação técnica.

Sob esse aspecto, em 2012 a Rumo firmou parceria com a Instituição Cenep Santos para desenvolver um treinamento específico para a área de conferência de açúcar, cujos participantes foram indicados pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), entidade representativa dos portuários. O curso teve duração de três meses e, ao fim, a empresa contratou dois participantes para o seu quadro de funcionários.

Relatório da Administração

A Rumo possui, nas suas operações, práticas e padrões de segurança, meio ambiente e qualidade reforçados pelas certificações OHSAS 18000, ISO 14000 e ISO 9000.

Para a Rumo a excelência em gestão está diretamente relacionada à visão de longo prazo e perenidade de seus negócios, ou seja, permeia tudo o que fazemos e permite a coerência e o equilíbrio entre nossos objetivos e práticas. Ser sustentável é garantir que a nossa companhia continue a investir, atrair talentos, gerar valor pela qualidade das operações e crescer com solidez.

Relatório da Administração

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2013 contávamos com 1.171 funcionários, todos contratados diretamente pela Companhia em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamentos harmoniosos com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, além de cumprir rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, conforme regras aplicadas a cada unidade, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem vale refeição ou refeições balanceadas, assistência médica, hospitalar e odontológica, subsídio para aquisição de medicamentos, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional e financeiro. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

Dentre os projetos destacamos: (i) aplicação da pesquisa de ambiente “Voce Fala” a todas as unidades da empresa, (ii) melhorias no ambiente físico de trabalho e (iii) implantação de programas de desenvolvimento e orientação a funcionários de todos os níveis hierárquicos (programas de liderança, alfabetização de adultos, desenvolvimento de jovens profissionais, entre outros).

Melhor para todos

Foi lançado, em maio de 2013, o movimento Rumo Melhor para Todos, que busca estimular a equipe de profissionais e outros *stakeholders* relevantes para o negócio (clientes, fornecedores e sociedade) a atuar de acordo com os sete direcionadores da empresa:

- Pessoas fazem a diferença;
- Clientes são aliados e devemos cultivar a relação de confiança;
- Lucro merecido como premissa;
- Ousadia e inovação para criar soluções impecáveis;
- Austeridade: utilização cuidadosa de todos os recursos;
- Atuação sustentável: econômica, ambiental e socialmente responsável;
- Valor do compromisso e entusiasmo com o futuro.

Relatório da Administração

Um consistente trabalho vem sendo feito com o apoio de uma consultoria externa, que resultou na identificação de temas prioritários a serem tratados pela companhia. Todo o time tem apresentado projetos em sintonia com a melhoria de performance e com a resolução das demandas identificadas. Para unificar a linguagem entre toda a equipe e intensificar a disseminação dos direcionadores, um movimento chamado “Rumo É Moviada por Pessoas” foi implementado.

A ação visa atingir, em uma primeira etapa, os funcionários da Rumo. Por isso, a partir da mobilização interna, foi criado um grupo de trabalho (GT) para estruturar e comunicar iniciativas ligadas ao movimento. Também aconteceram encontros de lançamento nos terminais da empresa, com a presença da alta liderança. A partir das premissas de “foco no cliente” e “arte de servir”, o objetivo é dar continuidade à iniciativa.

Relatório da Administração

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O relacionamento da Rumo com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Companhia.

Relatório da Administração

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Rumo conduz suas operações em conformidade às boas práticas de governança corporativa. Para garantir a transparência da gestão e dos negócios, em benefício de todos os acionistas e investidores, a Companhia conta com uma política de divulgação de informações, a qual estabelece regras e procedimentos para pessoas vinculadas à Companhia (executivos e empregados) com acesso a informações e fatos relevantes, e define os critérios, o momento e o responsável pela divulgação de tais informações aos investidores, para garantir que os dados para o mercado sejam distribuídos de forma ampla, transparente e homogênea.

A Companhia constantemente vem aprimorando seus processos internos e ratificando seu compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Relatório da Administração

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a revisão de relatórios de sustentabilidade, durante o exercício vigente, foi inferior a 5% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

Com base em referidos princípios, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos.

Para detalhes da análise do resultados de 2013, visite o nosso site: www.cosan.com.br/ri.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.Contexto Operacional

A Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. ("Companhia" ou "Rumo") é uma Companhia de capital fechado e tem sua sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada direta da Novo Rumo Logística S.A. ("Novo Rumo") que detém 75% do seu capital social e controlada indireta da Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan S.A.") que detém 75% de participação indireta na Companhia, face ao fato de que a Cosan S.A. possui 100% de participação na Novo Rumo.

A Companhia é prestadora de serviços relevante no setor de logística de açúcar e outros grãos sólidos destinados à exportação, oferecendo uma solução integrada de transporte, armazenagem e embarque desde os centros produtores no interior do Estado de São Paulo até o Porto de Santos e elevação portuária de *commodities*, principalmente açúcar. Realiza atualmente grandes investimentos para criar uma plataforma logística de ponta no Brasil. Dentre suas realizações estão a construção de uma moega ferroviária de alta performance; reconstrução de um armazém portuária, ampliando em cinco vezes a sua capacidade de armazenagem; interligação dos terminais Sul e Norte para o aumento de produtividade do Complexo portuário e implantação do sistema de despoeiramento em suas moegas, com ganhos ambientais e operacionais.

Atualmente, a Companhia conta com seis terminais multimodais, incluindo o maior terminal exportador de açúcar do Porto de Santos, em locais estratégicos para a sua atuação devido à proximidade com seus clientes e também com a malha rodoviária e ferroviária.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2013 foi deliberada a alteração do exercício social da Companhia, devido alteração do seu portfólio de investimentos, que compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, sendo que o exercício corrente é excepcionalmente de nove meses (iniciado em 1º de abril e encerrado em 31 de dezembro de 2013) e o seu exercício comparativo é de doze meses (iniciado em 1º de abril de 2012 e encerrado em 31 de março de 2013).

Devido à alteração do exercício social da Companhia, os valores apresentados nessas demonstrações financeiras não são comparáveis.

a) Concessão de operação do terminal portuário:

A Companhia detém a concessão de operação de dois terminais portuários, localizado no Porto de Santos, além de operar nove armazéns para estocagem de produtos localizados no estado de São Paulo. A concessão original outorgada para operar os terminais portuários encerra-se no ano de 2036, conforme previsto no contrato e aditivo contratual de concessão celebrado com a Autoridade Portuária do Estado de São Paulo, sem ônus adicionais, porém com os compromissos de novos investimentos.

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Acordo operacional entre a Rumo e ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”)

Em 5 de março de 2009, a antiga controladora direta Rumo Logística (incorporada pela Companhia posteriormente) e a ALL, anunciaram acordo de expansão da sua capacidade de transporte ferroviário, baseado em investimentos a serem realizados pela agora Rumo, no valor total aproximado de R\$ 1,2 bilhão, dos quais parte foram investidos na compra de locomotivas e vagões e parte estão sendo investidos na duplicação e em melhorias na via permanente, sob concessão da ALL, que vai do interior do Estado de São Paulo ao Porto de Santos. Pelo contrato firmado com a ALL, caso não sejam transportados os volumes mínimos de açúcar pré-determinados contratualmente, a Companhia tem direito a cobrar os serviços pela remuneração de seus investimentos conforme os termos contratuais firmados entre as partes. O acordo operacional foi efetivado a partir de janeiro de 2010 e aditivados ao longo desses anos, sendo o último em maio de 2013.

2. Apresentação das informações anuais e principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho de administração em 26 de fevereiro de 2014. Todavia, em atendimento às determinações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) as Notas explicativas 2.1 – Estimativa de contas a receber do contrato e m arbitragem, 2.2.5. (c), 8, 9, 10, 15. (e), 21 (i) e 23 (a) foram alteradas em relação aquelas anteriormente apresentadas para melhor compreensão sem nenhum impacto de ajuste ou reclassificação dos saldos contábeis.

As demonstrações financeiras contendo as alterações acima mencionadas foram aprovadas pelo conselho da administração em 27 de maio de 2014 e reapresentados na mesma data.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e do valor presente da obrigação do benefício definido e é limitado, tal como divulgado na Nota 22.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. As demonstrações financeiras da controlada incluída na consolidação da Companhia e aquela utilizada como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional da sociedade, que é o Real.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - Contas a receber de clientes

Estimativa de contas a receber do contrato em arbitragem.

A Companhia é ré em uma ação legal iniciada pela ALL, fornecedora de transporte ferroviário e arrendatário de material circulante, que são representados por vagões e locomotivas de propriedade da Rumo que poderão ser utilizados pela ALL, em relação aos contratos de investimento e de transporte celebrado em 2009.

Os valores registrados como receita e contas a receber são serviços prestados no âmbito deste contrato e representa a melhor estimativa do fluxo de benefício econômico, uma vez que estão lastreados por garantias apresentadas pela ALL no âmbito das discussões judiciais. No entanto, o resultado da arbitragem poderá ser uma solução que é materialmente maior ou menor do que os valores registrados em contas a receber nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Notas 8 e 9 – Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são apresentadas na Nota 9.

- Nota 12 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- Nota 13 – Provisão para demandas judiciais

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

- Nota 21 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados na demonstração financeira não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para estes modelos são praticados no mercado, sempre que possível, mas se isso não for viável, um grau de julgamento é requerido para estabelecer valores justos. O julgamento inclui considerações sobre os dados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- Nota 22 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos

O custo dos planos de benefícios definidos de pensões e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de pensão é determinado usando avaliações atuariais. A avaliação atuarial envolve várias premissas que podem diferir dos resultados efetivos no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações por segmento

A Administração da Companhia para avaliar o desempenho operacional e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros não efetua qualquer tipo de divisão por segmento das informações do resultado e dos ativos. As informações de Receita Operacional por produto e região constam apresentadas na Nota 17.

Impactos por correção de erros imateriais

As principais reclassificações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de março de 2013 para correção de erros imateriais são as seguintes:

- Depósitos judiciais x Provisão para demandas judiciais, no consolidado:

Efetuada encontro de contas entre o depósito judicial e a provisão para demandas judiciais referente ao mesmo tema da Rede Ferroviária Federal S.A., registrada na controlada direta Logspot no valor de R\$ 14.271, vide quadro abaixo.

- Outros tributos a recuperar x Outros tributos a pagar, na controladora e consolidado:

Efetuada encontro de contas entre o Pis/Cofins a recuperar e Pis/Cofins a recolher, por entidade, sendo R\$ 2.217 na controladora e R\$ 2.266 no consolidado, vide quadro abaixo.

	31.03.2013					
	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificação	Reapresentado	Publicado	Reclassificação	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Outros tributos a recuperar	2.228	(2.217)	11	2.276	(2.266)	10
	640.317	(2.217)	638.100	638.512	(2.266)	636.246
Não circulante						
Depósitos judiciais	6.111	-	6.111	20.383	(14.271)	6.112
	1.568.824	-	1.568.824	1.659.293	(14.271)	1.645.022
Total do ativo	2.209.141	(2.217)	2.206.924	2.297.805	(16.537)	2.281.268
Passivo						
Circulante						
Outros tributos a pagar	9.849	(2.217)	7.632	10.171	(2.266)	7.905
	264.533	(2.217)	262.316	268.600	(2.266)	266.334
Não circulante						
Provisão para demandas judiciais	13.610	-	13.610	28.815	(14.271)	14.544
	708.560	-	708.560	755.255	(14.271)	740.984
Total do passivo e patrimônio líquido	2.209.141	(2.217)	2.206.924	2.297.805	(16.537)	2.281.268

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, e tem sido aplicada de maneira consistente pelas entidades do grupo, salvo disposição em contrário.

2.2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. As controladas estão listadas a seguir:

<u>Controlada</u>	<u>Participação direta</u>	<u>Participação direta</u>
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2013</u>
Logisport Armazéns Gerais S.A. (i)	51%	51%
Rumo Um S.A.	100%	-
Rumo Dois S.A.	100%	-

i. Participação total em ações ordinárias.

(a) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor justo da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecidos de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em sua participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultar em uma perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas na sua condição de acionista. Ajustes de participações minoritárias são baseadas em uma quantidade proporcional dos ativos líquidos da controlada. Não são efetuados ajustes para o ágio e nenhum ganho ou perda é reconhecida no resultado.

(c) Subsidiárias

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de administrar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais de metade dos direitos de voto, direta ou indiretamente. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A Companhia também avalia a existência de controle, quando não tem mais de 50% do poder de voto, mas é capaz de gerir as políticas financeiras e operacionais, em virtude do controle de fato.

O controle de fato pode surgir em circunstâncias em que o tamanho dos direitos de voto da Companhia em relação ao tamanho e dispersão dos demais acionistas controladores conceda à Companhia o poder de administrar as políticas financeiras e operacionais, etc.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

Inicialmente, o ágio é mensurado como o excesso na soma da contraprestação transferida e do valor justo da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Se esta consideração é inferior ao valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado.

Todos os saldos de balanço mantido entre a controlada, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas decorrentes de negócios entre as empresas são eliminados. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

(d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2.2. Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

2.2.3. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente, estes instrumentos são mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de dívida de curto prazo ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos.

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(c) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos. Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, limite de cheque especial bancário, e fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

Os juros pagos são divulgados como atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.4. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.2.5. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais líquidas no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil de cada ativo, seguindo as taxas anuais médias de depreciação demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	8.5%
Veículos	20%
Vagões	2.9%
Locomotivas	3.3%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

O custo estimado do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

2.2.6. Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

(i) Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento como um lado registrado por equivalência patrimonial.

(b) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de novos produtos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

(c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

2.2.7.Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado quanto em nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Uma perda por *impairment* relativo a uma equivalência patrimonial é mensurado pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do exercício. Uma perda por *impairment* é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflitam as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, a perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.2.9. Benefícios a empregados

(a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(b) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que são expressos na moeda em que os benefícios devem ser pagos. O cálculo é realizado por meio do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de adiantamento de clientes e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.11. Arrendamentos

(a) Bens arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Companhia.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(c) Determinando se um contrato contém arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado;
- O contrato contém direito de utilização do ativo(s).

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.12.Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.2.13.Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados com a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

(d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia a mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis devido a adoção de novas IFRS

A Companhia adotou a partir de 1º de abril de 2013 os seguintes novos pronunciamentos:

- CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras; A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

- CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.

- CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- CPC 45 / IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades, que contém os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos de entidades-veículo não registradas no balanço.

- CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, que tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

Nenhum dos pronunciamentos acima teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Caixa e bancos conta movimento	5.220	1.099	5.447	1.154
Aplicações financeiras (i)	491.723	493.436	492.306	501.306
	496.943	494.535	497.753	502.460

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente compostas como abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Aplicações em fundos exclusivos				
Operações compromissadas	388.429	369.824	388.429	369.824
Certificado de depósitos bancários - CDB	103.259	105.969	103.259	105.969
Títulos e valores mobiliários	-	17.643	-	17.643
	491.688	493.436	491.688	493.436
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	35	-	618	7.870
	35	-	618	7.870
	491.723	493.436	492.306	501.306

4. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, os saldos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Mercado interno	273.365	78.267	274.680	79.802
Mercado externo	6.048	1.670	6.067	1.692
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.779)	(554)	(22.840)	(629)
	256.634	79.383	257.907	80.865
Circulante	31.233	79.383	32.506	80.865
Não Circulante	225.401	-	225.401	-

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
A vencer	26.843	40.680	27.612	41.917
Vencidas:				
Até 30 dias	30.405	36.048	30.905	36.202
De 31 a 60 dias	30.799	1.909	30.803	1.910
De 61 a 90 dias	54.268	189	54.268	203
Mais de 90 dias	114.319	557	114.319	633
	229.791	38.703	230.295	38.948
	256.634	79.383	257.907	80.865

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de março de 2012	(2.905)	(3.419)
Provisão	(211)	(215)
Baixa	2.562	3.005
Em 31 de março de 2013	(554)	(629)
Provisão	(22.676)	(22.695)
Baixa	451	484
Em 31 de dezembro de 2013	(22.779)	(22.840)

Em 10 de outubro de 2013, a ALL, por meio de Fato Relevante, informou que adotou as medidas legais com o objetivo de discutir os contratos que regulam a relação contratual entre a ALL e a Companhia. A Companhia, por sua vez, ingressou com pedido de arbitragem contra a ALL, dentre outras medidas administrativas e judiciais, para fazer valer seus direitos contratuais e para que a ALL cumpra com o acordo firmado em 2009 e seus aditivos, inclusive o 4º e o 5º aditivos aos contratos celebrados entre as partes em 31 de maio de 2013. Não existem decisões judiciais suspendendo a validade dos contratos que regulam a relação contratual entre a ALL e Rumo, contratos estes que devem ser observados pelas partes, bem como a ALL continua prestando os serviços de transporte ferroviário de açúcar, ainda que em volumes inferiores aos contratados.

A Companhia possui registradas contas a receber no montante de R\$ 225.401 (R\$ 73.627 em 31 de março de 2013), líquidos de provisão para perdas no valor de R\$ 22.297, decorrente de remunerações previstas nos contratos, reconhecido de acordo com CPC 30 (R1) / IAS 18 – Receitas. Adicionalmente, algumas indenizações, no montante de R\$ 61.069, tais como multas e juros, não foram reconhecidas por ainda não terem atendido todos os critérios de reconhecimento de receita. A receita reconhecida no exercício de nove meses findos em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 291.857, representando 39% da receita operacional líquida (R\$ 197.951 e 28% em 31 de março de 2013).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013 (Reapresentado)	31.12.2013	31.03.2013 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL (i)	-	5.374	3	6.114
ICMS	-	-	8	-
Outros	-	11	-	10
	-	11	8	10
	-	5.385	11	6.124
Circulante	-	5.385	11	6.124

(i) Composto principalmente por impostos e contribuições pagos a maior que serão compensados com as obrigações futuras.

6. Partes Relacionadas

a) Resumo dos saldos de balanço com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Ativo Circulante				
Operações Comerciais				
Cosan S.A. Indústria e Comércio (i)	1.474	1.489	1.551	1.567
Raízen Energia S.A. e controladas (ii)	10.334	16.899	3.370	6.767
Logisport Armazéns Gerais S.A. (iv)	432	1.972	-	-
Outros	8	6	-	-
	12.248	20.366	4.921	8.334
Operações Societárias / Contratuais				
Rezende Barbosa S.A. Administrações e Participações (iii)	7.223	7.205	7.223	7.205
Outros	28	64	-	39
	7.251	7.269	7.223	7.244
	19.499	27.635	12.144	15.578
Ativo Não Circulante				
Operações societárias / contratuais				
Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações (iii)	945	6.338	945	6.338
	945	6.338	945	6.338
	945	6.338	945	6.338

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Passivo Circulante				
Operações comerciais				
Cosan S.A. Comércio e Indústria (i)	1.851	2.130	1.851	2.131
Raízen Energia S.A. e controladas (ii)	7.817	10.090	722	88
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	383	412	356	385
Raízen Combustíveis S.A.	91	89	52	53
Logisport Armazéns Gerais S.A. (iv)	978	3.686	-	-
Outros	-	-	30	-
	<u>11.120</u>	<u>16.407</u>	<u>3.011</u>	<u>2.657</u>
	<u>11.120</u>	<u>16.407</u>	<u>3.011</u>	<u>2.657</u>

b) Resumo das transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Prestação de serviços				
Raízen Energia S.A. Barra Bonita (ii)	209.575	221.077	210.172	221.098
Raízen Energia S.A. Tarumã (ii)	2.987	3.692	2.987	3.692
Raízen Energia S.A. Araraquara (ii)	11.982	9.361	11.982	9.361
Raízen Energia S.A. Paraguaçu Paulista (ii)	1.162	1.659	1.162	1.659
Outros	292	16	197	14
	<u>225.998</u>	<u>235.805</u>	<u>226.500</u>	<u>235.824</u>
Despesa compartilhada				
Cosan Comércio e Indústria S.A. (i)	5.910	2.908	5.910	2.908
Raízen Energia S.A. (ii)	3.881	5.326	4.206	5.725
	<u>9.791</u>	<u>8.234</u>	<u>10.116</u>	<u>8.633</u>
Resultado financeiro				
Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações (iii)	804	1.684	804	1.684
Impulso Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	(976)
	<u>804</u>	<u>1.684</u>	<u>804</u>	<u>708</u>

(i) Cosan S.A. Indústria e Comércio

Os saldos a receber em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013 representam em sua maior parte reembolso de despesas de serviços administrativos, sem incidência de remuneração.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 representa em sua maior parte a reembolso de despesas de serviços corporativos compartilhados. Esses serviços são apurados e pagos mensalmente pela Companhia, sem incidência de remuneração.

A Cosan S.A. Comércio e Indústria, controlador da Companhia, é garantidora de empréstimos e financiamentos conforme descrito na Nota 10

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Raízen Energia S.A. e controladas

Os saldos a receber em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013 referem-se à prestação de serviços logísticos praticados em condições acordadas entre as partes, utilizando como base o índice do *Sistema de Informações de Fretes* nos trechos atendidos.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 está representado em sua maior parte por reembolsos de despesas de serviços administrativos compartilhados com a empresa Raízen Energia S.A.. Esses serviços são apurados e pagos mensalmente pela Companhia, sem incidência de remuneração.

Em 31 de dezembro de 2013, 30% da receita operacional líquida foi para o cliente Raízen Energia S.A. e suas controladas (em 31 de março de 2013 representava 33%), sociedade controlada em conjunto pela Cosan e Shell.

(iii) Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações

Os saldos a receber referem-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem juros de 9,60% ao ano, contados a partir da data de contratação, amortizados mensalmente até 15 de maio de 2015.

(iv) Logisport Armazéns Gerais S.A.

Os saldos a receber em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013 referem-se a adiantamento para prestação de serviços de armazenagens praticados em condições acordadas entre as partes.

Os saldos a pagar em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013 referem-se à prestação de serviços de armazenagens praticados em condições acordadas entre as partes.

c) Remuneração da Administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração está registrada no resultado do exercício e totalizou R\$ 2.594 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.569 em 31 de março de 2013), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo para a liquidação no exercício subsequente.

Notas Explicativas**Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Controladas	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de Participação	Saldo em 31 de março de 2013	Resultado de equivalência	Dividendo declarado
Logisport Armazéns Gerais S.A.(a)	3.040.816	1.040.816	51%	76.979	2.705	
Rumo Um S.A.	5.000	5.000	100%	-	-	
Rumo Dois S.A.	5.000	5.000	100%	-	-	
				<u>76.979</u>	<u>2.705</u>	

a) A participação se refere ao total de ações ordinárias detidas pela Companhia. Os totais dos saldos de investimentos incluem combinação de moedas estrangeiras de 37.530 reclassificado para o intangível (ágio) no consolidado. Veja nota 9.

Controladas	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de Participação	Saldo em 01 de abril de 2012	Resultado de equivalência	Dividendo declarado
Logisport Armazéns Gerais S.A.(a)	3.040.816	1.040.816	51%	75.532	1.897	
				<u>75.532</u>	<u>1.897</u>	

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2013 - RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S. A.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2013 - RUMOSPOT LÓGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S. A.	40.270	-
Ativo		-
Ativo não circulante líquido	25.669	-
Patrimônio líquido	22.507	5
Resultado	1.771	-

Nota:**Saldos em 31 de março de 2013**

	Logisport Armazéns Gerais S.A.	Rumo Um S.A.	Rumo Dois S.A.
Circulante			
Ativo	13.754	-	-
Passivo	6.899	-	-
Passivo circulante líquido	6.855	-	-
Não circulante			
Ativo	45.715	-	-
Passivo	31.280	-	-
Ativo não circulante líquido	14.435	-	-
Patrimônio líquido	21.290	-	-
Resultado	3.178	-	-

Na equivalência patrimonial sobre a controlada Logisport no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2013 inclui R\$ 1.802 de equivalência sobre combinação de negócios.

Movimentação dos não controladores:

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo 31 de março de 2013	Resultado de não controladores	Dividendos declarados	Saldo 31 de dezembro de 2013
Logisport Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	51,00%	37.902	(618)	(271)	37.013
Rumo Um S.A.	5.000	-	0,00%	-	-	-	-
Rumo Dois S.A.	5.000	-	0,00%	-	-	-	-
Total				37.902	(618)	(271)	37.013

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Consolidado				
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Obras em andamento (ii)	Outros ativos
Valor de custo:					
Em 31 de março 2013	284.111	254.611	433.158	162.539	4.593
Adições	-	6.053	-	191.994	-
Baixas	-	(1.236)	-	-	(57)
Transferências (i)	1.579	27.259	2.906	(135.387)	341
Em 31 de dezembro 2013	285.690	286.687	436.064	219.146	4.877
Valor de depreciação:					
Em 31 de março 2013	(45.006)	(106.778)	(31.361)	-	(2.952)
Adições	(6.278)	(16.722)	(10.223)	-	(205)
Baixas	-	156	-	-	54
Transferências (i)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2013	(51.284)	(123.344)	(41.584)	-	(3.103)
Em 31 de março 2013	239.105	147.833	401.797	162.539	1.641
Em 31 de dezembro 2013	234.406	163.343	394.480	219.146	1.774

(i) Referem-se a transferências para o intangível em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

(ii) As obras em andamento referem-se principalmente a melhorias na malha ferroviária de trecho sob a concessão da ALL, ou quais são reclass de passagem em concessões públicas) quando na medida em que os projetos são concluídos, sofrendo por consequência, amortização.

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado					
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Obras em andamento (ii)	Outros ativos
Valor de custo:					
Em 31 de março 2012	247.059	187.991	391.647	150.989	4.129
Adições	2.454	9.876	41.511	212.656	42
Transferências (i)	43.669	48.386	-	(201.106)	423
Em 31 de março 2013	293.182	246.253	433.158	162.539	4.594
Valor de depreciação:					
Em 31 de março 2012	(37.732)	(94.807)	(18.397)	-	(2.594)
Adições	(8.020)	(20.619)	(12.963)	-	(340)
Transferências (i)	938	7.742	-	-	(19)
Em 31 de março 2013	(44.814)	(107.684)	(31.360)	-	(2.953)
Em 31 de março 2012	209.327	93.184	373.250	150.989	1.535
Em 31 de março 2013	248.368	138.569	401.798	162.539	1.641

(i) Referem-se a transferências para o intangível em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

(ii) As obras em andamento referem-se principalmente a melhorias na malha ferroviária de trecho sob a concessão da ALL, ou que não são intangíveis (direito de passagem em concessões públicas) quando na medida em que os projetos são concluídos, sofrendo por consequência a depreciação.

Os empréstimos bancários estão garantidos por vagões e locomotivas no valor de R\$ 436.064 (R\$ 433.158 em 31 de março de 2012). A Companhia não identificou indicadores de perda ao valor recuperável (*impairment*) no ativo imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício de nove meses findo em 31 de dezembro de 2013, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 6.019.

Notas Explicativas Operadora Multimodal S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

março de 2013). A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 5,96% a.a até dezembro de 2013 (5,60% a.a no exercício findo 31 de março de 2013).

9. Intangível

	Consolidado			Controladora	
	Ágio	Benefitorias em concessões públicas e licença de operação (ii)	Outros	Total	Total
Valor de custo:					
Em 31 de março 2013	100.451	624.292	803	725.546	688.010
Transferências (i)	-	102.546	757	103.302	103.302
Em 31 de dezembro 2013	100.451	726.838	1.560	828.848	791.312
Valor de amortização:					
Em 31 de março 2013	-	(47.276)	(410)	(47.686)	(47.682)
Adições	-	(25.244)	(284)	(25.527)	(25.528)
Em 31 de dezembro 2013	-	(72.520)	(694)	(73.213)	(73.210)
Em 31 de março 2013	100.451	577.016	393	677.860	640.328
Em 31 de dezembro 2013	100.451	654.318	866	755.635	718.102

(i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

(ii) As benfeitorias em concessões públicas e licenças de operação referem-se principalmente a melhorias na manha ferroviária de trecho sob a concessão da ALL.

Notas Explicativas Operadora Multimodal S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			Controladora
	Ágio	Benefícios em concessões públicas e licença de operação (ii)	Outros	
Valor de custo:				
Em 31 de março de 2012	100.451	524.546	459	625.456
Adições	-	-	122	122
Transferências (i)	-	99.746	222	99.968
Em 31 de março 2013	100.451	624.292	803	725.546
Valor de amortização:				
Em 31 de março de 2012	-	(19.289)	(294)	(19.579)
Adições	-	(27.987)	(115)	(28.102)
Transferências (i)	-	-	(1)	(1)
Em 31 de março 2013	-	(47.276)	(410)	(47.682)
Em 31 de março de 2012	100.451	505.257	165	605.873
Em 31 de março 2013	100.451	577.016	393	677.860

(i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

(ii) As benfeitorias em concessões públicas e licenças de operação referem-se principalmente a melhorias na manha ferroviária de trecho sob a concessão da ALL.

b) Licença de operação portuária e relacionamento com clientes da Companhia, proveniente de combinações de negócios.
c) Refere-se às melhorias feitas nas ferrovias sob concessão e operadas pela A.L.L. em relação ao contrato de transporte com a Companhia, que são realizadas em caráter de investimento em infraestrutura ferroviária da Companhia a execução do contrato, onde esta passou a ter direitos de transporte naquela ferrovia, bem como uma garantia mínima de capacidade de transporte de carga disponível de açúcar.

NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, constituído de parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

Os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios foram alocados a unidades geradoras de caixa Rumo, como a seguir demonstrado:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2013
Unidade geradora de caixa Rumo	100.451	100.451
Total do ágio	100.451	100.451

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas ao negócio, utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de cinco a dez anos e levados a perpetuidade sem considerar taxa de crescimento real. A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a cinco anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados, pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos e negócios.

As principais premissas utilizadas foram a expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar destinado, principalmente, ao volume de exportação; capacidade de armazenagem; custos relacionados a serviços de frete e atividades portuárias (estivas, encargos e tarifas regulatórias).

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 7,5% a.a. e 11,5% a.a. que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Descrição (a)	Indexador	Taxa média anual de juros	31.12.2013		31.03.2013		Vencimento final
			31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013	
Finame	Pré-fixado	4,27%	274.171	305.633	277.059	309.336	mai/22
Finame	URTJLP	7,07%	428.916	403.668	428.915	403.668	nov/22
			703.087	709.301	705.974	713.004	
Circulante			106.111	82.339	107.200	83.431	
Não circulante			596.976	626.962	598.774	629.573	

a) Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por notas promissórias e avais da Companhia e suas controladas e dos acionistas controladores, além das garantias reais como alienação fiduciária dos bens financiados (Finame).

b) Encargos financeiros em 31 de dezembro de 2013, exceto quando de outra forma indicada.

Garantias e Avais

	31.12.2013	31.03.2013
Alienação fiduciária		
Vagões e locomotivas	394.480	401.798
Hipototeca		
Terenos, edificações e benfeitorias	191.660	191.660
Avais		
Notas promissórias	119.834	119.546
Total	705.974	713.004

Refere-se a financiamentos relativos a operações de FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, e são destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 385.999 (R\$ 253.304 em 31 de março de 2013).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas de mercado existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não apresentam indicações de não atendimento das cláusulas restritivas.

As parcelas vencíveis em longo prazo, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2013</u>	31.03.2013	<u>31.12.2013</u>	31.03.2013
13 a 24 meses	107.177	99.322	108.227	100.405
25 a 36 meses	106.215	98.564	106.964	99.564
37 a 48 meses	106.215	98.666	106.215	99.194
49 a 60 meses	106.204	98.666	106.204	98.666
61 a 72 meses	94.867	98.646	94.867	98.646
73 a 84 meses	44.486	73.915	44.486	73.915
85 a 96 meses	26.992	39.709	26.991	39.709
A partir de 97 meses	4.820	19.474	4.820	19.474
	<u>596.976</u>	<u>626.962</u>	<u>598.774</u>	<u>629.573</u>

O valor contábil e o valor justo dos empréstimos:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Valor Contábil</u>		<u>Valor Justo</u>	
	<u>31.12.2013</u>	31.03.2013	<u>31.12.2013</u>	31.03.2013
Financiamentos	705.974	713.004	705.974	713.004
Total	<u>705.974</u>	<u>713.004</u>	<u>705.974</u>	<u>713.004</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados em Reais.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos e contribuições sociais a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013 (Reapresentado)	31.12.2013	31.03.2013 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11.270	2.539	11.568	3.301
COFINS	3.291	2.375	3.400	2.447
PIS	714	516	738	531
INSS	1.862	1.511	2.026	1.639
ICMS	1.830	1.964	1.835	1.964
Outros	1.415	1.266	1.548	1.324
	9.112	7.632	9.547	7.905
	20.382	10.171	21.115	11.206

Notas Explicativas**Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição sociala) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

Descrição	Controladora	
	31.12.2013	31.03.2013
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	243.202	223.261
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(82.689)	(75.909)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	920	645
Doações e contribuições indedutíveis	(520)	(181)
Outros	179	768
Despesa com imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida)	(82.110)	(74.677)
Taxa efetiva	33,76%	33,45%

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

Descrição	Controladora			
	31.12.2013			
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total
Diferenças temporárias:				
Revisão de vida útil	(286.000)	(71.500)		(71.500)
Ágio fiscal amortizado	76.009	19.002	6.841	25.843
Combinação de negócios - Imobilizado	(85.205)	(21.301)	(7.668)	(28.970)
Intangível – Contrato de concessão	(262.190)	(65.548)	(23.597)	(89.145)
Provisão para demandas judiciais	11.144	2.786	1.003	3.789
Provisão para participação nos resultados	5.830	1.458	525	1.982
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.779	5.695	2.050	7.745
Capitalização de juros sobre empréstimos	(15.514)	(3.879)	(1.396)	(5.275)
Provisões diversas e outras diferenças temporárias	24.258	6.065	2.183	8.248
Total de tributos diferidos	(508.889)	(127.222)	(20.060)	(147.282)
Tributos diferidos - Passivos				(147.282)
Total de tributos diferidos				(147.282)

Notas Explicativas Operadora Multimodal S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: -- Continuação

Descrição	Consolidado			31.03.2013
	31.12.2013	CSLL 9%	Total	
	Base	IRPJ 25%		
Prejuízos fiscais	-	-	-	205
Base negativa de contribuição social	-	-	-	74
Diferenças temporárias:				
Revisão de vida útil	(286.000)	(71.500)	(71.500)	(23.963)
Ágio fiscal amortizado	76.009	19.002	6.841	38.928
Combinação de negócios - Imobilizado (i)	(165.555)	(41.389)	(14.900)	(32.913)
Intangível – Contrato de concessão	(262.190)	(65.548)	(23.597)	(92.138)
Provisão para demandas judiciais	15.691	3.923	1.412	5.593
Provisão para participação nos resultados	6.087	1.522	548	2.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.840	5.710	2.056	214
Capitalização de juros sobre empréstimos	(15.950)	(3.988)	(1.436)	-
Provisões diversas e outras diferenças temporárias	24.632	6.158	2.217	6.214
Total de tributos diferidos	(584.436)	(146.109)	(26.859)	(95.418)
Tributos diferidos - Ativo			1.632	1.401
Tributos diferidos - Passivo			(174.600)	(96.819)
Total de tributos diferidos			(172.968)	(95.418)

(i) Inclui R\$ 27.318 de tributo diferido passivo sobre a combinação de negócios da controlada Logisport em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 28.880 em 31 de março de 2013).

Na avaliação da capacidade de recuperação dos ativos de impostos de renda diferidos, a administração considera anualmente as projeções de lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Essa análise pode ser realizada em periodicidade inferior, caso sejam identificados indícios significativos que possam impactar na recuperação dos ativos.

Notas Explicativas Operadora Multimodal S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)***(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)***c) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos:**

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizado é constituído uma provisão para não realização. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos) no exercício de 2013:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2013	31.12.2013
Saldo no início do exercício	(67.940)	(95.418)
Resultado	(77.618)	(77.550)
Outros	(1.724)	-
Saldo no final do exercício	(147.282)	(172.968)
	31.03.2013	31.03.2013
	(42.376)	(69.333)
	(25.564)	(26.085)
	-	-
	(67.940)	(95.418)

Em novembro de 2013, foi emitida a Medida Provisória (MP) 627, introduzindo de mudanças nas regras fiscais e eliminando o Regime Tributário de Transição (RTT). Esta medida estabelece o tratamento tributário a ser imposta sobre as novas regras contábeis brasileiras, introduzidas pelas Leis nº 11.638 / 2007 e 11.941/2008, cujo principal objetivo era integrar as antigas regras contábeis brasileiras normas internacionais de contabilidade (IFRS). A medida traz modificações à determinação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ e CSLL) em relação ao ágio na aquisição de participações em sociedades controladas ou coligadas, e tratamento do ágio em operações de fusão e aquisição, ajustes ao valor justo na investida, e despesas pré-operacionais e de arrendamento mercantil.

De acordo com a Medida Provisória, as novas regras são eficazes para o ano civil de 2015, mas podem ter aplicação antecipada para o ano civil de 2014. A Companhia analisou as disposições desta MP, as implicações do exercício da opção de início e os impactos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos relevantes a serem registrados. Esta análise deve ser revista pela administração quando promulgou a Lei, uma vez que pode haver ajustes ou alterações em seu projeto final.

Notas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013 (Reapresentado)	31.12.2013	31.03.2013 (Reapresentado)
Tributária	4.701	5.002	4.701	5.002
Trabalhistas	1.468	812	1.468	812
Cíveis	527	297	527	298
	6.696	6.111	6.696	6.112

Movimentação da provisão:

	Controladora		
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de março de 2013 (Reapresentado)	4.092	-	9.518
Pagamentos	(11)	-	(54)
Baixas por reversão	(1.490)	(125)	(10.667)
Adições	85	125	10.403
Atualização monetária	(903)	-	171
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.773	-	9.371
			11.144

	Consolidado		
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de março de 2013 (Reapresentado)	4.092	852	9.600
Transferências	-	(852)	-
Pagamentos	(11)	-	(54)
Baixas por reversão	(1.489)	(125)	(10.672)
Adições	85	125	10.410
Atualização monetária	(903)	-	181
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.774	-	9.465
			11.239

	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Compensações de tributos federais com créditos de PIS e COFINS	1.007	2.905	1.008	2.905
INSS (a)	766	1.187	766	1.187
	1.773	4.092	1.774	4.092

(a) Fator Acidentário de Prevenção e adicional de férias.

b) Cíveis e trabalhistas

As principais demandas judiciais cíveis e trabalhistas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Reclamações trabalhistas (i)	9.371	9.518	9.465	9.600
Outros	-	-	-	852
	9.371	9.518	9.465	9.600

(i) A Companhia é parte em ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, reintegração de emprego, indenização por acidente de trabalho e devolução de descontos efetuada em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demandas judiciais consideradas como perda possível:

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão para demandas judiciais foi reconhecida nas demonstrações financeiras, e cuja natureza de tais demandas são similar àquelas provisionadas mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Multa isolada (a)	7	7	7	7
Compensações de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	3.368	3.262	3.368	3.262
INSS (b)	876	845	876	845
IR/CSLL - Auto de infração (c)	922	1.120	922	1.120
IPTU (d)	5.871	8.900	5.871	8.900
Outros	1.258	1.288	1.258	1.288
	12.302	15.422	12.302	15.422

a) Processo de compensação não-homologado (multa isolada de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS) reclassificado em 2013 para a rubrica de compensações diversas.

b) INSS: Refere-se a autos de infração recebidos e que estão sendo defendidos na esfera administrativa, especialmente sobre a exigência de contribuição previdenciária incidente sobre faturamento na revenda de materiais para empresas do mesmo grupo econômico e fornecedores.

c) IR/CSLL – Auto de Infração: Refere-se a valores relacionados a IRPJ e CSLL compensados com crédito de saldo negativo de CSLL. Questiona-se a restrição decorrente do inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, inserido pela MP 449/08.

d) Trata-se de exigência de IPTU sobre os armazéns do terminal portuário. Por se tratar de imóveis de propriedade da União Federal, entendemos que a exigência do Município de Santos é indevida, haja vista a existência de imunidade recíproca. Além disso, considerando que a Companhia não é proprietária do imóvel, mas mera arrendatária (ausência de “animus domini”), não estão presentes os requisitos legais dos artigos 32 e 34 do Código Tributário Nacional, sendo ilegal tal exigência, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Cíveis e trabalhistas

As principais demandas judiciais cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão para demandas judiciais foi reconhecida nas demonstrações financeiras, e cuja natureza de tais demandas são similar àquelas provisionadas mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Cíveis (a)	9.757	7.571	9.757	7.812
Trabalhistas (b)	102.723	33.712	106.502	33.919
	112.480	41.283	116.259	41.731

a) Ajuizamento de novas demandas de natureza de cobrança ou indenizatória e reclassificação da probabilidade de perda de uma demanda de remota para possível.

b) O acréscimo se deve pelo aumento do valor dos processos em que a Companhia é parte em ações trabalhistas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, não obstante a quantidade de processos tenha diminuído (de 430 processos em 31 de março de 2013 para 185 processos em 31 de dezembro de 2013).

14. Compromissos

Compras

A Companhia firmou compromisso de benfeitorias em malha ferroviária da ALL a ser efetuado nos próximos anos conforme abaixo:

Exercícios	Controladora e Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013
2013	-	-
2014	209.000	206.760
2015	-	-
Total	209.000	206.760

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de arrendamento

Arrendamento mercantil operacional

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de março de 2013 são os seguintes:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2013</u>	31.03.2013
Dentro de um ano	52.173	39.464
Após um ano, mas menos que cinco anos	263.642	172.772
Total	315.815	212.236

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de março de 2013 é de R\$ 1.099.746 e estão representadas por 1.026.488.214 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia destinou 5% do lucro líquido apurado no exercício a título de reserva legal, no montante de R\$ 8.055 (R\$ 7.429 em 31 de março de 2013), de acordo com o seu Estatuto Social e em atendimento à Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva para retenção de lucros

A Administração da Companhia irá propor na próxima assembleia geral ordinária, por meio da apresentação de orçamento de capital, a retenção de parcela de seus lucros acumulados, conforme disposto na Lei 6.404/76, no montante de R\$ 114.778 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 105.866 em 31 de março de 2013), visando à execução de seus planos de investimentos e modernização.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d. Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% ao ano sobre o lucro líquido, após a destinação de 5% para a reserva legal. O montante de dividendos proposto pela administração foi de R\$ 38.259 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 35.289 em 31 de março de 2013).

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2013</u>
Lucro líquido do exercício	161.092	148.584
Constituição da reserva legal – 5%	(8.055)	(7.429)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	153.037	141.155
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(38.259)	(35.289)
Dividendos de exercícios anteriores	(60.074)	(24.786)
Total de dividendos a pagar	(98.333)	(60.074)

e. Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2011, foi aprovado a incorporação dos ativos líquidos no montante de R\$ 761.631, da controladora direta Rumo, aumentando o capital social da Companhia, no montante de R\$ 899.232, passando o capital social de R\$ 200.514 para R\$ 1.099.746 mediante a emissão de 899.232.303 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e redução na reserva de capital em R\$ 137.601.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. Não existem ações potencialmente diluidoras e, portanto, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro e 31 de março de 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

Básico e diluído

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2013</u>
Numerador		
Lucro do exercício de operações atribuído aos acionistas controladores	161.092	148.584
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.026.488.214	1.026.488.214
Denominador para resultado básico e diluído por ação	1.026.488.214	1.026.488.214
Lucro básico e diluído por ação ordinária - operações	<u>R\$ 0,157</u>	<u>R\$ 0,145</u>

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional bruta

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Receita bruta na venda de produtos e serviços	837.697	800.288	845.100	809.667
Impostos e deduções sobre vendas e serviços	(94.735)	(94.268)	(95.752)	(96.892)
Receita líquida	742.962	706.020	749.348	712.776

Abertura da receita líquida de vendas:

	Nove meses findos em 31.12.2013	Exercício findo em 31.03.2013
Elevação	138.236	150.028
Transportes	597.476	549.420
Outros	13.638	13.328
	749.350	712.776

Abertura da receita líquida por região:

	Nove meses findos em 31.12.2013	Exercício findo em 31.03.2013
Mercado interno	676.924	631.908
Mercado externo	72.426	80.868
	749.350	712.776

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado da controladora e consolidado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de março de 2013, conforme requerimento do IAS 1, está detalhado como segue:

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Material de uso e consumo	(29.574)	(14.362)	(29.891)	(14.701)
Mão-de-obra contratada	(14.774)	(10.864)	(15.805)	(12.530)
Despesas com pessoal	(61.293)	(68.541)	(65.941)	(75.471)
Despesas com transporte e elevação	(220.289)	(263.680)	(220.685)	(263.680)
Locação de máquinas e equipamentos	(10.189)	(15.650)	(11.729)	(17.755)
Depreciação e amortização	(58.329)	(68.575)	(58.955)	(70.043)
Outras despesas	(104.970)	(36.166)	(102.026)	(24.466)
	(499.418)	(477.838)	(505.032)	(478.646)

b) Classificadas como:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Custo dos serviços prestados	(445.292)	(425.225)	(447.444)	(420.559)
Gerais e administrativas	(54.126)	(52.613)	(57.588)	(58.087)
	(499.418)	(477.838)	(505.032)	(478.646)

Os gastos com pesquisa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 300 e contabilizados no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros de empréstimos	(27.270)	(35.041)	(27.298)	(34.980)
Despesas Bancárias	(605)	(555)	(678)	(586)
Outros	(7)	-	(6)	-
	(27.882)	(35.596)	(27.982)	(35.566)
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	33.097	33.195	33.462	33.428
Juros de outros ativos financeiros	6.946	3.016	7.837	2.056
Outros	-	174	-	173
	40.043	36.385	41.299	35.657
Variação cambial (a)	347	98	372	98
	347	98	372	98
Receitas Financeiras	41.227	36.314	42.508	35.587
Despesas Financeiras	(28.719)	(35.427)	(28.819)	(35.398)
	12.508	887	13.689	189

a) Inclui ganhos cambiais sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.03.2013	31.12.2013	31.03.2013
Constituição de provisão para demandas judiciais	(906)	(2.210)	(909)	(2.063)
Receitas (despesas) de operações portuárias (a)	5.687	(9.683)	5.687	(9.706)
Receita de alugueis e arrendamentos	-	-	492	160
Recuperação de sinistros	1.647	-	2.266	-
Reversão (provisão) para perda com contas a receber	(22.225)	2.351	(22.211)	2.790
Outras receitas líquidas	241	1.837	310	1.327
	(15.555)	(7.705)	(14.364)	(7.492)

a) Os referidos ganhos (perdas) correspondem a operações relacionadas à Despatch / (Demurrage) e *take or pay* e estão vinculados a performance da atividade portuária.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

(a) Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

1. Risco de taxa de câmbio
2. Risco de taxa de juros
3. Risco de crédito
4. Risco de liquidez

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

(b) Risco de taxa de câmbio

Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio contratadas para a receita de exportações de serviços de armazenagem e elevação portuária e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia não possui instrumentos derivativos para a cobertura dessa exposição.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em dólares norte-americano:

	Controladora			
	31 de dezembro de 2013		31 de março de 2013	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Contas a receber de clientes	6.067	2.590	1.692	840
Exposição cambial, líquida	6.067	2.590	1.692	840

(c) Risco de taxa de juros

As aplicações financeiras da Companhia usualmente são baseadas em taxas de juros flutuantes atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os empréstimos são baseados em com taxas de juros compostas parte por taxas pré-fixadas e parte por TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). A Companhia monitora as flutuações dessas taxas de juros e pode, se julgar adequado, operar com derivativos com objetivo de minimizar esses riscos. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, a Companhia não possuía contratos derivativos de taxas de juros.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Risco de crédito

Os contratos de prestação de serviços da Companhia geralmente prevêem recebimento anterior à efetiva realização dos serviços. Dessa forma, a Companhia reduz expressivamente sua exposição a risco de crédito. Exceto no exercício de 2013, historicamente, a Companhia não registrou perdas significativas nas contas a receber de clientes.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários em instituições financeiras nacionais e estrangeiras são determinados por instrumentos de rating amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

Depósitos bancários	5.442
Aplicações financeiras	492.306
AAA	492.306
31 de dezembro de 2013	497.748

Depósitos bancários	1.149
Aplicações financeiras	501.306
AAA	7.870
AA	493.436
31 de março de 2013	502.455

(e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos classificados por data de vencimento de acordo com seu contrato para a data de 31 de dezembro de 2013:

	31 de dezembro de 2013				Total	31 de março de 2013
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Empréstimos e financiamento	107.200	122.973	387.389	196.874	814.437	848.106
Fornecedores	82.872	-	-	-	82.872	46.343
Total	190.072	122.973	387.389	196.874	897.309	894.449

Contratos de garantia financeira são apresentados pelos valores máximos e são usados para assegurar o pagamento das dívidas de suas controladas. Não há expectativa de perda decorrente desses contratos.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, são estimados por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Quanto aos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota explicativa 10.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a cobertura desta exposição.

(g) Análise de sensibilidade

Segue abaixo análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com os tipos de risco considerados relevantes pela Companhia:

Premissas para a análise de sensibilidade

A Companhia adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, apresentado abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. O cenário provável foi definido a partir das curvas de preço de dólar em 31 de dezembro de 2013, a mesma que determina o saldo do valor justo dos derivativos nessa data. Os cenários possíveis e remotos foram definidos como sendo de impactos adversos de 25% e 50% sobre as curvas de preço de dólar, que foram considerados como base para o cenário provável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro de sensibilidade

Com base nos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações, como segue:

	Simulações das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	2013	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
31 de dezembro de 2013	2,3426	2,3426	2,9282	3,5139	1,7569	1,1713
	Simulações das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	2013	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
31 de março de 2013	2,0138	2,0138	2,5173	3,0207	1,5104	1,0069

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2013					
	Saldos	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Contas a receber moeda estrangeira	2.590	2.590	648	1.295	(648)	(1.295)
	31 de março de 2013					
	Saldos	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Contas a receber moeda estrangeira	840	840	210	420	(210)	(420)

A Companhia realizou análise de sensibilidade nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50%, cujos resultados estão apresentados a seguir:

	Dezembro de 2013					
	2013	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de Caixa	497.753	-	558.168	570.251	534.002	521.919
Empréstimos e Financiamentos	(428.916)	-	(455.723)	(461.085)	(445.000)	(439.639)
		-	102.445	109.166	89.002	82.280

As categorias dos instrumentos financeiros estão assim apresentadas:

Ativos	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2013
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	497.753	502.460
Contas a receber de clientes	257.907	80.865
Títulos e valores mobiliários	-	17.643
Depósitos judiciais	6.696	6.112
	762.356	607.080

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de março de 2013</u>
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	705.974	713.004
Fornecedores	82.872	46.343
Dividendos a pagar	99.038	60.507
	<u>887.884</u>	<u>819.854</u>

(g) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

Índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (EBITDA), endividamento de curto prazo e endividamento total.

(h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros com base na metodologia de avaliação utilizada.

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

O valor justo dos ativos e passivos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações reais e que ocorrem regularmente no mercado em condições normais de mercado.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

O valor justo dos ativos e passivos que não são cotados em um mercado ativo (por exemplo, over-the-counter derivados) é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais das informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Os preços de cotação ou cotações de corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Notas Explicativas

Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: inputs para o instrumento que não são baseadas em dados observáveis de mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013 não existem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos apresentado na nota explicativa 10 foi determinada usando uma metodologia de avaliação classificado como Nível 2.

22. Obrigações de benefício pós-emprego

Fundo de pensão

Contribuição definida

A partir de 1º de junho de 2011, a Companhia passou a patrocinar o Plano de Aposentadoria Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar, extensivo a todos os seus funcionários. A Companhia não possui obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o montante de contribuição reconhecido como despesa foi de R\$ 609 (R\$ 378 no exercício findo em 31 de março de 2013).

Notas Explicativas Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 (exercício de nove meses iniciado em 1º de abril de 2013) e 31 de março de 2013 (exercício de doze meses iniciado em 1º de abril de 2012)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23.Eventos Subsequentes

a) Incorporação da ALL

Em 24 de fevereiro de 2014, a Companhia apresentou à ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. (“ALL”) proposta vinculante à Rumo para a incorporação da ALL pela Rumo (“Associação”).

A Proposta consiste na incorporação da totalidade das ações de emissão da ALL (“Incorporação de Ações”), na qual serão atribuídas aos atuais acionistas da Rumo e da ALL ações representativas de 36,5% (trinta e seis inteiros e cinco décimos por cento) e 63,5% (sessenta e três inteiros e cinco décimos por cento) do capital da companhia combinada, respectivamente. De acordo com os termos da Proposta, a Cosan S.A. será responsável por indicar a maioria dos conselheiros da companhia combinada.

Em 12 de maio de 2014, a Rumo e a ALL suspenderam oficialmente os trâmites da arbitragem e de todos os processos judiciais que versam sobre o cumprimento dos contratos celebrados em 05 de março de 2009 e posteriormente aditados. Desta forma, não há mais litígio em curso envolvendo Rumo e ALL. As empresas, agora, preparam todos os requerimentos e informações necessários para a obtenção da aprovação, junto ao CADE, da incorporação das ações da ALL pela Rumo aprovada nas últimas Assembleias da ALL e da Rumo realizadas em 08 de maio de 2014.

A consumação da Incorporação das Ações está ainda condicionada à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), bem como de eventuais outros órgãos da administração pública cujas autorizações prévias se façam necessárias e demais condições precedentes previstas na Proposta.

A Associação é sujeita a determinadas condições precedentes, sendo as principais: (i) a Rumo deverá obter seu registro de companhia aberta e, simultaneamente à operação, ingressará no Novo Mercado da BM&F Bovespa; (ii) à obtenção das aprovações regulatórias por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e (iii) à obtenção de todas as aprovações societárias e de terceiros necessárias, na forma da legislação aplicável e dos estatutos sociais das companhias.

A Associação permitirá a captura de sinergias e otimização da utilização dos ativos ferroviários e portuários das duas companhias bem como a realização de investimentos que levarão a malha ferroviária atualmente operada pela ALL para melhor aproveitamento da capacidade de originação e escoamento de cargas de cada empresa.

b) Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 27 de janeiro de 2014, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas, o pagamento de dividendos intercalares no valor total de R\$ 250.000, que deverá ser realizada até 31 de dezembro de 2014, valor esse alocado na conta de reserva de retenção de lucros da Companhia, nos termos do Artigo 32, parágrafo 1º do Estatuto Social.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

sa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações

financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício de nove meses findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras e relatório de auditoria

Conforme descrito na Nota 2.1, a administração efetuou a alteração e reapresentação das notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014. Devido à alteração descrita na Nota 2.1, emitimos esse novo relatório de auditoria sem ressalvas sobre essas demonstrações financeiras reapresentadas.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício de nove meses findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas , 10 de junho de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F"

Valdir Augusto de Assunção

Contador CRC 1SP135319/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 26 de fevereiro 2014 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5 "F".